

Dívida Externa. País espera aviso de credor para pagar US\$ 1,5 bi

O Brasil tem uma capacidade de pagamento, resultante do superávit das contas públicas, de cerca de US\$ 9 bilhões para o próximo ano. E é com parte desses recursos que o governo irá pagar aos credores privados estrangeiros 30% do total dos juros a vencer em 1991. Aos bancos privados o País teria de pagar US\$ 4,6 bilhões em juros no próximo ano, mas se dispõe a pagar cerca de US\$ 1,5 bilhão apenas, dos quais US\$ 489 milhões serão desembolsados de janeiro a março. Ontem, ao fazer essas contas, em seu gabinete no Banco Central, o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, recuperado da maratona de viagens que fez a Nova Iorque nos últimos dois meses para negociar com os credores, disse que não há como prever o término das negociações sobre a dívida externa. "A idéia de que a negociação pode terminar em março serve apenas como moldura. Não há como fixar um prazo para isso", afirma.

O que o embaixador trouxe de sua última reunião com o comitê assessor dos bancos, em Nova Iorque, há dez dias, foi apenas a disposição dos banqueiros de analisar a decisão do Brasil de pagar 30% dos juros devidos a partir de janeiro, mas nenhum sinal de que aceitarão o que o governo brasileiro considera mais importante: que o pagamento dos juros atrasados, de US\$ 8,5 bilhões, só seja feito mediante a negociação global da dívida externa de US\$ 51 bilhões acumulada pelo setor público. No próximo dia 7, o comitê assessor vai se reunir em Nova Iorque e em seguida avisar aos negociadores brasileiros qual será a data do próximo encontro em Nova Iorque.

Privados

Enquanto isso, o Banco Central começa a tomar as providências para que comece a ser paga a dívida das empresas privadas brasileiras para com os bancos privados internacionais. Dauster diz que até o momento não há consenso sobre o tamanho desse débito. Enquanto o Banco Central registra uma dívida de US\$ 5,6 bilhões, os credores in-

formam que ela está em cerca de US\$ 2 bilhões. A diferença se deve as conversões informais da dívida externa em investimentos no País, feitas sem comunicação ao Banco Central, explica. Hoje o BC começa a enviar questionários, por telex, aos bancos credores e aos tomadores desses empréstimos para checar os valores exatos desses débitos. Tão logo esses números sejam compatibilizados, o pagamento aos bancos estrangeiros começará a ser liberado pelo Banco Central.

Atrasados

Um dos maiores problemas com os credores até agora está em sua insistência para que o Brasil pague US\$ 2,5 bilhões do total dos juros atrasados e o restante em bônus com cinco anos de prazo para resgate, sem carência. Jório Dauster diz que o governo brasileiro mantém a oferta de pagar US\$ 1,2 bilhão em dinheiro vivo, e o restante dos atrasados em bônus de 15 anos, o que tem sido firmemente recusado pelo comitê assessor. Para o embaixador, no entanto, esse não é um impasse insolúvel. "O que eles querem é receber, não é? Pois vamos continuar negociando". O motivo básico de toda a divergência cristalizada até agora, segundo Dauster, é que eles cobram os atrasados por uma questão de princípios.

"Eles fazem pressão em nome de seus princípios e nós estamos brigando por uma questão de lógica. Não podemos pagar o que eles estão cobrando", argumenta o embaixador, tranquilamente. Ele está confiante na boa imagem que o Brasil possui junto aos organismos oficiais de crédito, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial e credita essa boa impressão como ponto para o Brasil. "Todos reconhecem que apesar da crise no Golfo Pérsico, da elevação da inflação acima dos níveis esperados, do choque agrícola e da queda dos preços das matérias-primas que o Brasil exporta, o Plano Collor mantém sua meta de promover o ajuste econômico", conclui.